

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 1º QUADRIMESTRE DE 2018

Aos 28 dias do mês de maio de dois e mil e dezoito, na Câmara Municipal de São Sebastião, no plenário Vereador Zino Militão, sito a Praça Antônio Argino, Centro, São Sebastião/SP, representando o Presidente da Câmara, Excelentíssimo Vereador Edivaldo Pereira Campos, deu início a realização da AUDIÊNCIA PÚBLICA sobre a avaliação de cumprimento de metas na execução da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de São Sebastião no primeiro quadrimestre no Exercício Fiscal de dois mil e dezoito. Representando o Legislativo, estavam presentes os Vereadores: Edivaldo Pereira Campos, conhecido como Teimoso, Gleivison Henrique Costa Gaspar e Reinaldo Alves Moreira Filho sendo representantes da Prefeitura Municipal de São Sebastião, o Senhor Ricardo Francelino da Silva, Diretor do Departamento Financeiro, o Senhor Ernesto Donizetti Aparecido da Silva, Chefe da Divisão de Contabilidade e, Juraci Marques de Oliveira e Denílson Aparecido Barroso, servidores da Prefeitura Municipal de São Sebastião. Às dezessete horas e cinquenta e quatro minutos, o Vereador Edivaldo Pereira Campos deu como aberta a Sessão agradecendo o público presente, em seguida solicitou um prazo maior de antecedência quanto a comunicação da apresentação e finalizou passando a palavra para o Contador e Chefe da Divisão de Contabilidade, o Senhor Ernesto Donizetti Aparecido da Silva que presidiu a apresentação dos trabalhos agradeceu o público presente, antes de explanar sobre o assunto em tese, justificou o pedido do Senhor Edivaldo dizendo que protocolou o pedido da audiência pública em 22 de maio de 2018 na própria Câmara, em seguida iniciou-se os trabalhos pela fundamentação legal da realização da audiência na qual é baseada na Lei Federal Complementar 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu artigo 9, § 4. Também falou sobre o motivo da audiência pública que é o acompanhamento da execução orçamentária de 2018 durante o primeiro quadrimestre. O senhor Ernesto frisou que a audiência deveria ser efetuada antes, porém, como os transtornos causados pela situação de emergência que a cidade passou e todos os desdobramentos que influenciaram o Paço Municipal em questões de

infraestrutura, culminou na realização da Audiência nesta data, que a propósito é importante afirmar que cumpriu-se o prazo legal. Explanou que sobre a Receita Orçamentária com previsão anual de R\$ 727.000.000, foram recebidos até o primeiro quadrimestre o valor de R\$ 313.807.763,43 de receitas correntes. As Receitas Correntes decorrem das receitas realizadas pelo Município, suas autarquias e fundações. Nesta categoria encontram-se as receitas mais expressivas, tais como, as oriundas dos tributos de competência do Município e também as transferências da União e do Estado (constitucionais, legais e outras). No que tange a Receitas de Capital não houve impactos significantes, indicando que não houve Operações de Créditos no período, a princípio prevista em R\$ 40.000.000,00, enquanto o restante das outras receitas de capital somou R\$ 474.252,06, onde o valor de R\$ 454.800,00 referiu-se a transferência da união para suprir gastos com a situação emergencial no início do ano.

A seguir o Senhor Ernesto explanou sobre as Despesas executadas no 1º quadrimestre de 2018 pela Prefeitura onde, as despesas de pessoal empenhas, até o período, foram de R\$ 134.118.102,64, as outras despesas correntes foram R\$ 213.827.087,11, totalizando R\$ 347.945.189,75 de total de despesas correntes empenhadas até o período, as despesas de Capital totalizaram R\$ 21.929.190,69 empenhadas até o período. Sendo assim, o total de despesas empenhadas pela Prefeitura foi de R\$ 369.874.380,44, sendo R\$ 208.604.188,35 liquidadas e R\$ 201.637.280,84 até o período. A seguir, o Senhor Ernesto expôs quadro indicando os valores das despesas empenhadas por secretaria e os órgãos da administração indireta.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que sempre se apresentam como as mais significativas no conjunto das despesas, se mantiveram, em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses, abaixo dos limites legal (54%) e prudencial (51,3%) permitido pela LRF. Considerando apenas o Poder Executivo, o percentual atingido foi de 49,88%, com uma despesa total de R\$ 304.791.409,74. Conforme estabelecido na Constituição Federal, o Município deve aplicar anualmente, nas despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino o percentual de 25% da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais. No 1º quadrimestre de 2018, as despesas empenhadas com Manutenção e Desenvolvimento de Ensino totalizaram R\$

47.065.761,48, representando 25,91% e R\$ 27.226.541,61 liquidada, representando 14,99% da Receita de Impostos e Transferências, indicando que, no decorrer do ano, será alcançado o limite constitucional anual de 25%, cumprindo-se, portanto, o estabelecido na Constituição Federal. No período de do primeiro quadrimestre de 2018, o valor empenhado destinado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB foi de R\$ 21.676.885,51, sendo aplicado no Magistério (60%) o valor de R\$ 15.103.258,51, representando 70,73%. No período do primeiro quadrimestre de 2018, as despesas empenhadas com saúde atingiram o montante de R\$ 88.113.172,91, correspondendo a 48,51% em relação à Receita de Impostos e Transferências, indicando que no decorrer do exercício será alcançado o limite de 15%. Os vereadores Gleivison Henrique Costa Gaspar e Reinaldo Alves Moreira Filho solicitaram mais informações sobre os gastos do FUNDEB, e explicado pelo Senhor Ernesto que se tratava de uma apresentação mais sintética, ficando a cargo da Secretaria da Educação descrever os gastos analiticamente.

Do total de Restos a Pagar Inscritos ao final do exercício de 2017 R\$ 50.458.197,16, foram pagos R\$ 27.801.746,58, representando um percentual de 55,10% deste montante, foram cancelados R\$ 91.004,68, representando um percentual de 0,18%, restando um saldo a pagar de R\$ 22.565.445,90. Resultado Primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Município de honrar o pagamento do serviço de sua dívida. Nessa análise, são consideradas apenas as receitas e despesas fiscais, que não incluem receitas de aplicações financeiras, de juros de empréstimos, de operações de crédito, de amortizações de empréstimos e de alienação de bens, e as despesas com o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida, concessão de empréstimos e aquisição de título de capital já integralizado. No período, o Resultado Primário foi de R\$ -56.066.617,01 (Receita Realizada x Despesa Empenhada). O Resultado Nominal mostra a diferença entre os saldos da Dívida Fiscal Líquida, relativa a dois períodos. No período, verificou-se uma variação da Dívida Consolidada de -12,27%, encerrando o período com valor de R\$ 113.490.575,46. A Dívida Consolidada Líquida fica zerada devido aos valores de dedução (Disponibilidade de Caixa + Haveres Financeiros – Restos a Pagar) ser maior que o saldo da Dívida Consolidada. Ao final do primeiro

quadrimestre de 2018, a Dívida Consolidada apresentou saldo de R\$ 53.172.202,21.

Neste momento, o Senhor Ernesto Donizetti Aparecido da Silva encerra a apresentação por slides e se colocando a disposição para perguntas, passando a palavra para o vereador Reinaldo Alves Moreira Filho, que pediu esclarecimentos quando ao uso dos recursos da conta LC 151, onde refere-se a depósitos judiciais junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o senhor Ernesto explicou o funcionamento legal do uso desses recursos.

O vereador Gleivison Henrique Costa Gaspar questionou sobre o impacto do aumento de salários proposto pelo poder executivo aos funcionários públicos, o Senhor Ernesto explicou que o calculo está sendo estudado sobre diversos aspectos e que o sindicato e a própria secretaria da Administração poderia dar maiores informações sobre o impacto. O vereador Reinaldo Alves Moreira Filho expôs alguns questionamentos quanto à previsão da execução até o final do ano, O Senhor Ernesto respondeu que os limites dos gastos de pessoal estão muito próximos do teto constitucional, por isso cabe negociação do poder executivo com o sindicato dos funcionários públicos. O Senhor Ernesto ainda explanou sobre uma visão global do orçamento entre as unidades gestoras, Prefeitura, FAPS, Câmara e Fundações de Saúde e Deodato Santana. O vereador Reinaldo Alves Moreira Filho expôs algumas explicações sobre possíveis ajustes para diminuição do valor da despesa da folha, como aposentadoria de alguns servidores e novo concurso público para suprir o quadro dessas aposentarias, repassando esses salários ao FAPS. Sendo esclarecidas todas as perguntas, o vereador Edivaldo Pereira Campos encerrou a Audiência Pública às dezoito horas e trinta e nove minutos.

